

CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM ESTUDO A PARTIR DOS DADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Me. Luciana Amaral Garcia  0000-0001-9095-7276
Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos  0000-0001-6150-6345
Universidade Federal do Pará

RESUMO: Nos últimos anos, o campo político e científico tem demonstrado preocupações com a Educação Básica, especialmente na etapa da Educação Infantil. Esta pesquisa tem por objetivo caracterizar a Educação Infantil no Brasil, a partir de dados obtidos por meio da pesquisa do Censo da Educação Básica (2018). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem quantitativa, exploratória e descritiva, que se utilizou de coleta em fontes documentais secundárias. Todos os comparativos das variáveis correspondem ao período de 2014 a 2018, e indicam que ocorreu um aumento nas matrículas na Educação Infantil (5,3%) com a oferta da creche. No entanto, crianças de 4 anos correspondem a terceira faixa-etária que menos frequenta a escola. Sobre as condições infraestruturais das unidades responsáveis por este nível de ensino, os números apontam que apenas 27% das escolas municipais dispõem de área verde para os seus alunos e nas redes estadual (36,8%) e privada (30,9%) esse percentual também é baixo. A respeito da formação do profissional da educação de crianças pequenas, é perceptível o aumento, ocorrido nos últimos 5 anos, de profissionais que possuem formação em nível superior (69,3%), porém quando visualizado o Estado do Pará, a situação demonstra que nem a metade da meta estipulada para o estado foi alcançada. Conclui-se, portanto, que o processo para se obter melhorias nesta etapa está em andamento, sendo necessário o acompanhamento dos investimentos políticos nos diferentes aspectos da Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de crianças pequenas; Infraestrutura; Qualidade da Educação Básica.

CHARACTERIZATION OF CHILDHOOD EDUCATION IN BRAZIL: A STUDY FROM THE BASIC EDUCATION CENSUS DATA

ABSTRACT: In the last years, the political and scientific field has shown preoccupations with the Basic Education, especially in the stage of Infantile Education. This research aims to characterize Infant Education in Brazil, based on data obtained through the Census of Basic Education (2019). It is a bibliographical research, of quantitative, exploratory and descriptive approach, that was used of collection in secondary documentary sources. All comparisons of the variables correspond to the period from 2014 to 2018, and indicate that there was an increase in enrollments in Early Childhood Education (5.3%) with the daycare offer. However, 4-year-olds are the third-lowest age group. The figures show that only 27% of municipal schools have a green area for their students and in the state (36.8%) and private (30.9%) networks. percentage is also low. Regarding the training of the professional of the education of small children, it is noticeable the increase, in the last 5 years, of professionals that have formation in higher level (69.3%), however when the State of Pará is visualized, the situation shows that nor half of the stipulated goal for the state was achieved. It is concluded, therefore, that the process to obtain improvements in this stage is in progress, being necessary the monitoring of the political investments in the different aspects of Early Childhood Education.

KEYWORDS: Education of young children; Infrastructure; Quality of Basic Education.



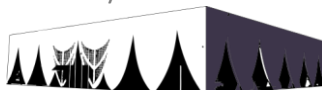
1 INTRODUÇÃO

A escola é considerada uma das mais importantes instituições sociais, por fazer a mediação entre o indivíduo e a sociedade (MAIA; SOARES; VICTORA, 2009). Por esse motivo, tais instituições possuem a incumbência de oferecer alternativas para que o indivíduo se sinta motivado, encontre seu lugar, e se perceba parte do universo (RODRIGUES; SAHEB, 2015). Seguindo este pensamento, a escola assume sua função, quando repassa às novas gerações o legado histórico da cultura adquirido a partir das experiências das gerações antepassadas, permitindo que o sujeito, ao compreender o mundo, possa reconhecer a si mesmo (JESUS *et al.*, 2013).

Como uma das instituições responsáveis pela efetivação do direito à educação, o Estado assume seu dever quando são apresentadas suas responsabilidades legais por meio da Constituição Federal em seu Art. 208, alterado pela Emenda Constitucional Nº 53/2006, que garante a oferta da “Educação Infantil, em creche e pré-escola às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988). A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, a Educação Infantil ganhou destaque, sendo conhecida a partir deste marco como a primeira etapa da Educação Básica, e cabe aos municípios a responsabilidade por sua qualidade e a oferta (BRASIL, 1996).

A partir deste entendimento, tem sido perceptível o surgimento da temática acerca da educação infantil na pauta das discussões nos cenários político e acadêmico, sendo percebida como um potente campo para investigações. Tais pesquisas concernentes a essa etapa educativa têm se voltado a compreender a articulação entre as ações governamentais, as práticas pedagógicas e a competência dos contextos de Educação Infantil destinados ao atendimento de crianças na faixa-etária de 0 a 5 anos (MOREIRA; TOMAZZETTI, 2018).

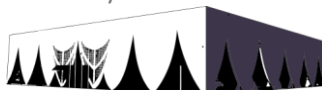
Segundo Nascimento e Lira (2017), as mudanças socioeconômicas pelas quais a sociedade passou interferiram diretamente na percepção e atendimento as



crianças. Implicando na concepção da criança e infância, a qual não poderia ser atendida em um espaço qualquer, sendo necessária a reconfiguração destes ambientes para atender adequadamente à criança pequena. Os autores discutem que a qualidade nos processos formativos e práticas pedagógicas deveriam se assentar na perspectiva de emancipação humana.

Sobre a concepção de criança, este é um conceito historicamente construído, que sofreu mudanças ao longo da história. Para Ehrenberg (2014, p. 148) “A criança é um sujeito histórico-social e, inserida em determinada sociedade e cultura em um determinado momento histórico, faz parte de uma organização familiar”. A autora discute que as crianças possuem uma forma de pensar e sentir o mundo, de maneira muito característica e típica de sua fase, pois interpretam a realidade que compõem de maneira própria, atribuindo significados singelos para experimentar e compreender o meio ao qual pertencem. Para isto, utilizam as mais diferentes linguagens para entender e comunicar, além de criar e recriar sua realidade. Compreender estas características do aprendizado das crianças pode ser um dos desafios para os profissionais que atuam com crianças que frequentam a Educação Infantil.

Os dados sobre as características e aprendizado das crianças levam às reflexões de pesquisadores nacionais e internacionais, como americanos. A pesquisadora americana Meghan Lynch (2015) realizou um estudo netnográfico, o qual realizou uma análise das respostas a fóruns de discussão de professores de jardim de infância na internet, com o objetivo de analisar as discussões sobre brincadeiras na educação infantil, relacionando-as com os achados na literatura. A autora constatou nas falas dos respondentes que os mesmos se sentem pressionados por figuras externas para focarem em práticas que alcancem objetivos acadêmicos, que refletem em números nos resultados dos testes nacionais. Sendo assim, o jogo e a brincadeira representam ferramentas essenciais para os professores da Educação Infantil de escolas americanas, no entanto, estas



ferramentas são vistas pela administração escolar como incompatíveis para as salas de aulas de crianças nesta fase, pois as considera perda de tempo.

Pesquisas discutem que para que o direito das crianças de expressão (ex.: brincar) se efetivem o desafio para as instituições atuais, responsáveis pela formação de professores da educação infantil, é repensar a forma como conduzem o processo de formação, e trabalhar em prol de desarticular princípios reprodutivistas e desumanizados (GUIMARÃES; ARENHART; SANTOS, 2017; CHIAPARINI; SILVA; LEME, 2018). Afinal, é primordial reconhecer os docentes como sujeitos também possuidores de direitos com a valorização de suas experiências e ao refinamento delas. Outros estudos apontam para a importância das formações continuadas ou em serviço, bem como o diagnóstico das salas de aula para que sejam delineados assuntos a serem abordados nessas ocasiões, visando fornecer auxílio nas práticas com crianças pequenas (BUSS-SIMÃO; ROCHA, 2018; PEREIRA; MAIMONE; OLIVEIRA, 2014; MOREIRA; TOMAZZETTI, 2018). No entanto, assim como a formação continuada é vista como elemento estratégico de melhorias para prática, coexiste a ideia de que esse processo é compreendido como responsável pela baixa aprendizagem devido à estrutura fragmentada, e pouca articulação entre teoria e prática (AMARAL, 2011).

Em nível internacional, a problemática a respeito da formação dos educadores adequada inicialmente ou em serviço, também têm sido alvo de pesquisas, e sua implementação se torna necessária. Um estudo realizado por Cobbold e Boateng (2016) com professores da educação infantil, de escolas particulares ou públicas de Kumasi – Gana, objetivou investigar as crenças de eficácia, ou seja, a crença das capacidades que os professores da educação infantil possuem para o gerenciamento de sala de aula. Os resultados mostram que os docentes que receberam ou não treinamentos para lidar com a realidade da sala de aula, sentem-se capazes de organizar o ambiente de sua sala de aula para gerenciar suas ações de ensino e manter a ordem dos alunos. A crença em si



mesmo pode influenciar na qualidade do ensino ministrado por educadores e na aprendizagem dos alunos.

Outras pesquisas verificaram que para a criação de uma instituição escolar precisam ser levados em consideração aspectos referenciais de qualidade, como “estrutura e funcionamento, trabalhadores e trabalhadoras em educação, gestão democrática e acesso e permanência na escola” (PEIXOTO; ARAÚJO, 2017, p. 250). Para Araújo (2005, p. 60) a formação inicial dos professores é de suma importância, pois a “capacitação em serviço, a construção da identidade profissional e a regulamentação” precisam atender aos padrões mínimos de qualidade na educação infantil.

A literatura evidencia que apesar de criadas com o intuito de melhorar o ensino e o cuidado com as crianças pequenas, as instituições de educação infantil tem mostrado que seus professores possuem uma sobrecarga de responsabilidade pela qualidade do atendimento (MARTINS *et al.*, 2014). Investigações concluíram que a maior parte do quadro docente é dominada por mulheres, principalmente na educação infantil, fato que foi se constituindo de maneira histórica, quando as mulheres eram contratadas para o cuidado assistencialista, pois se acreditava que estas estavam naturalmente preparadas para lidar com demandas do lar e da família (ZIBETTI; PEREIRA, 2010; MARTINS *et al.*, 2014). Recentemente, busca-se romper com a separação entre o cuidar e educar, pois são indissociáveis no processo de educação das crianças, e assim, avançar para a construção da identidade da profissional docente (EHRENBERG, 2014; GUIMARÃES; ARENHART; SANTOS, 2017).

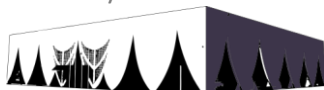
Estas mulheres que assumem diferentes papéis como o de mãe, professora, dentre outros, precisam lidar com o trabalho em condições precárias, e o alto índice de rotatividade devido à desvalorização profissional, fatores que podem colaborar para o mal-estar das professoras da educação infantil (MARTINS *et al.*, 2014; ROMANEK; ROCHA, 2015).



Toporosky e Silveira (2018) realizaram uma pesquisa, por meio de documentos jurídicos de Tribunais de Justiça do Brasil, que mostrou que existem ações coletivas nas quais se exige o direito à Educação Infantil que, em determinada medida, fazem discussões relacionadas às condições de oferta em tais unidades. Segundo os pesquisadores, ao negar o cumprimento das ações, está se limitando esse direito, uma vez que o mesmo pode ser solicitado de maneira individual ou coletiva.

Outras ações reivindicavam a construção de escolas, para que houvesse o aumento de vagas próximas às residências dos alunos. Para tanto, novas escolas ampliariam o número de vagas, demandaria a contratação de novos profissionais, entre outras condições necessárias para que pudesse ser proporcionada uma educação de qualidade para este público. Contudo, em algumas situações este direito foram negados frente às alegações do Estado e dos municípios pela ausência de recursos. Além disso, quando solicitadas ações que envolvem denúncias das condições estruturais dos prédios, a análise a sua concessão é feita com base no Art. 70 da LDBEN, que trata a respeito das despesas com a manutenção de desenvolvimento do ensino, e ratificando a responsabilidade do Estado para executar a manutenção infraestrutural dos prédios que oferecem a educação infantil (TAPOROSKY; SILVEIRA, 2018).

No Brasil, o governo federal tem demonstrado preocupação com as fragilidades e avanços na educação básica, quando investiga por meio de pesquisas a nível nacional, como o Censo Escolar, as reais condições que o ensino tem sido produzido. A pesquisa do Censo Escolar trata-se de um levantamento estatístico anual, de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), juntamente com as secretarias estaduais e municipais de educação e as escolas públicas e particulares de todo o Brasil. Este levantamento obtém estatísticas que esclarecem as condições de oferta e atendimento do sistema educacional brasileiro, na educação básica, reunindo informações sobre todas as suas etapas e modalidades de ensino, e divulgando um



quadro detalhado sobre os números de alunos, profissionais escolares em sala de aula, as turmas e as escolas (INEP, 2019).

O INEP ressalta a necessidade de pesquisas como as do Censo Escolar, pois servem de fonte referencial de dados e as informações para que as esferas do governo (federal, estadual e municipal) possam se apropriar de tais fontes para criar e operacionalizar políticas públicas, programas governamentais, dentre outras ações, direcionadas a determinado alvo. Além do mais, os dados do Censo são analisados tendo por referência os quatro últimos anos, permitindo um comparativo para percepção da evolução ou retrocesso que o setor educacional esteja experimentando.

Com a contextualização, objetiva-se caracterizar a Educação Infantil no Brasil, a partir de dados obtidos por meio da pesquisa do Censo da Educação Básica de 2018, haja vista que o resultado desta pesquisa traz informações relevantes a serem discutidas e ampliadas.

2 NATUREZA DA PESQUISA

O referido trabalho possui Natureza Aplicada, pois visa o aproveitamento de conhecimentos originados para solucionar problemas particulares e locais, (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010), como é o caso dos problemas enfrentados pela área da Educação Infantil no Brasil, com destaque aos vivenciados no estado do Pará. A forma de abordagem do problema é quantitativa uma vez que traz e analisa dados estatísticos para obter-se informações (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Quanto aos seus objetivos, a investigação é exploratória e descritiva, que segundo Gil (2008), em alguns tipos de pesquisa como esta, ambas se complementam. A pesquisa exploratória necessita de levantamento bibliográfico e documental, e pretende “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”, que resultará na melhor compreensão do problema e em novos questionamentos. A

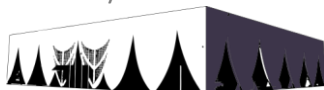


pesquisa é também descritiva, quando estabelece relação entre variáveis (GIL, 2008, p. 27). Quanto aos procedimentos técnicos este artigo é do tipo pesquisa bibliográfica pois analisa dados secundários.

As fontes foram documentais secundárias originadas da pesquisa do Censo da Educação Básica (2019), realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, e os dados do site de monitoramento do Plano Nacional da Educação (2014-2024) – PNE em Movimento, que acompanha os avanços das Metas que compõem o plano.

Para a coleta os dados foram acessados em sites de domínio público, com acesso livre e virtual. As categorias de análise coletadas do Censo da Educação Básica foram: a) Número de escolas rurais e urbanas; b) Percentual de escolas segundo dependência administrativa; c) Número de escolas por oferta e etapa de ensino; d) Evolução no número de matrículas na Educação Infantil; e) Matrícula em creche por dependência administrativa da escola; f) População de 4 a 17 anos que não frequenta escola; g) Número de docentes, segundo ano; h) Escolaridade dos docentes na Educação Infantil. Já no site do PNE em movimento, as categorias de análise escolhidas correspondem: a) Indicador IA e IB da Meta 1 pertencente ao PNE; b) Indicador 15 da Meta 15 pertencente ao PNE.

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, com o levantamento de frequências e percentuais, visualizados em gráficos e tabelas a partir da ferramenta Microsoft Excel 2016. Ao utilizar-se a Estatística Descritiva objetiva-se realizar um resumo das principais características dos dados apresentados por meio de tabelas, gráficos e resumos numéricos. Por isso, a análise deve ser feita adequadamente contando com organização minuciosa das informações (GUIMARÃES, 2008).

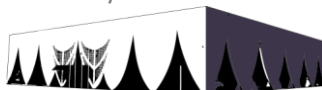


3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas mudanças ocorridas nos anos 90 com a Reforma do Estado¹, a preocupação com a Educação Infantil é parte das transformações que aconteceram no cenário político. Contudo, tais mudanças também implicaram no setor do mercado e produção, levando a visualização das instituições de educação de crianças pequenas como subsídio aos trabalhadores para que suas crianças pudessem se desenvolver e assim diminuir-se a desigualdade social (LAMARE, 2017). É importante ressaltar que os primeiros estudos realizados sobre a qualidade de tais instituições que atendiam a essa faixa-etária, apontaram a preocupação com a baixa qualidade do atendimento, pois suas estruturas eram precárias tanto prédios como equipamentos, ausência de aparato pedagógico, formação inadequada de educadores, e a falta de projetos pedagógicos (CAMPOS; FULLGRAFF; WIGGERS, 2009).

Segundo Campos *et al.* (2011) com a expansão do acesso, em 1998, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e da Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílio – PNAD constatou um crescimento na frequência à creche, chegando a dobrar entre os anos de 1998 e 2008. Os autores discutem que esse dado poderia ser comemorado se as mesmas pesquisas feitas em escolas de Educação Infantil de diversas regiões brasileira, não trouxessem uma informação complementar sobre a real situação do acesso, que seria a maneira desigual que o mesmo ocorre para diferentes segmentos da população. Além disso, em muitas regiões do país as creches ainda estão sendo incorporadas aos sistemas educacionais, tanto na rede particular quanto na rede pública, visando à qualidade na Educação Infantil, porém, tanto creches como pré-escolas necessitam adequar-

¹ Trata-se de uma reforma ocorrida nos anos 90, que teve por objetivo a modernização do Estado, para que os serviços públicos pudessem ser melhorados em prol das demandas da globalização, enxugar a máquina estatal, além de transferir a administração dos serviços públicos, como saúde e educação para a iniciativa privada, com vistas a promover o crescimento da economia.



se em sua infraestrutura, formação de pessoal, tanto em nível das escolas quanto das secretarias.

Dados recentes, obtidos a partir do Censo Escolar de 2018, apresentam a configuração atual das estruturas da Educação Básica Brasileira. Primeiramente, como mostra a Tabela 1, percebe-se que o Brasil possui um total de 181.939 escolas de Educação Básica sendo 124.330 (68,3%) encontradas na zona urbana, e 57.609 (31,6%) em zona rural.

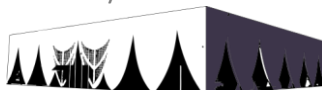
Tabela 1: Número de escolas, segundo localização, Brasil, 2018

Localização da escola	Número de escolas
Urbana	124.330
Rural	57.609
Total	181.939

Fonte: Adaptado do Censo da Educação Básica (INEP, 2018).

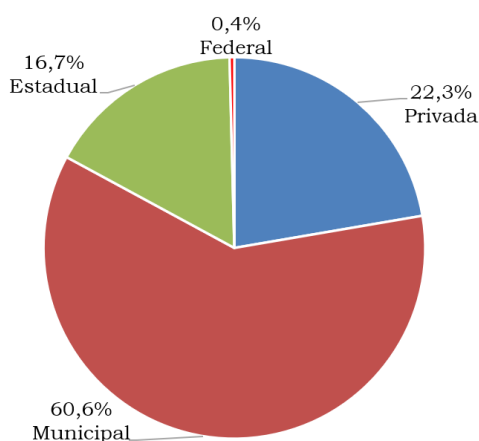
De acordo com a Tabela 1, percebe-se que o Brasil possui um total de 181.939 escolas de Educação Básica, sendo 124.330 (68,3%) encontradas na zona urbana, e 57.609 (31,6%) em zona rural. Estas escolas possuem dependências administrativas diferentes, ou seja, podem ser apoiadas financeiramente pelo poder federal, estadual, municipal ou iniciativa privada. No Gráfico 1, é possível observar esta divisão.

Estas escolas possuem dependências administrativas diferentes, ou seja, podem ser apoiadas financeiramente pelo poder federal, estadual, municipal ou iniciativa privada. No entanto, os dados do Gráfico 1 mostram que a rede municipal é responsável pelo maior número de escolas (60,6%), seguida da rede privada (22,3%). A maior oferta destina-se para as etapas dos anos iniciais do ensino fundamental (61,6%), e da pré-escola (56, 8%). Este dado é perceptível no Gráfico



2, que evidencia que a oferta da Educação Infantil, somando-se a creche com 69.745 escolas, e a pré-escola com 103.260 instituições, é a etapa com maior número de vagas ofertadas em um total de 173.005 escolas, em relação as demais etapas da Educação Básica.

Gráfico 1: Percentual de escolas por dependência administrativa, Brasil, 2018



Fonte: Adaptado do Censo da Educação Básica (INEP, 2018).

Os dados do Gráfico 1 mostram que a rede municipal é responsável pelo maior número de escolas (60,6%), seguido da rede privada (22,3%). No Gráfico 2, é possível visualizar a distribuição do número de escolas por oferta de etapa de ensino.

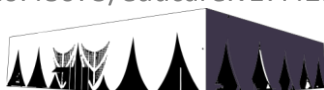
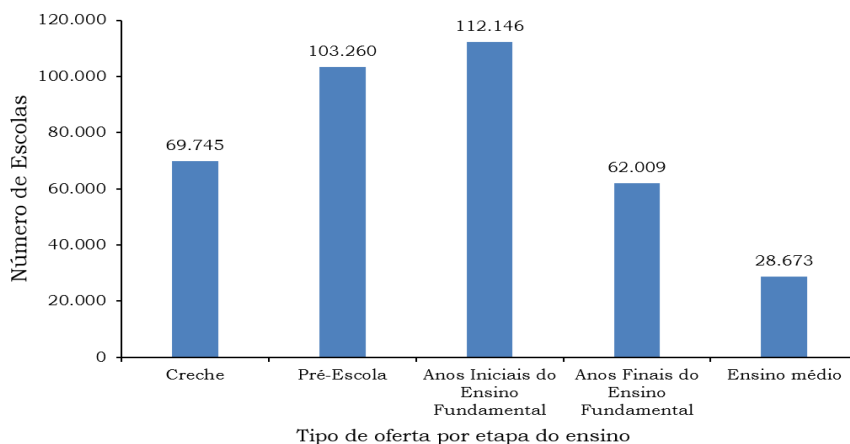


Gráfico 2: Número de escolas por oferta de etapa de ensino, Brasil, 2018



Fonte: Adaptado do Censo da Educação Básica (INEP, 2018).

De acordo com o Gráfico 2, a maior oferta destina-se para as etapas dos anos iniciais do ensino fundamental (61,6%), e da pré-escola (56,8%). Este dado evidencia que a oferta da Educação Infantil, somando-se a creche com 69.745 escolas, e a pré-escola com 103.260 instituições, é a etapa com maior número de vagas ofertadas em um total de 173.005 escolas, em relação às demais etapas da Educação Básica. As escolas de Educação Infantil, que contemplam a creche e a pré-escola, podem funcionar em regime integral ou parcial, sob responsabilidades dos estados ou municípios, podendo atender a uma demanda localizada na região urbana ou rural.

Tais espaços deveriam valorizar as experiências do cotidiano, pois a infância deveria ser entendida como um momento único e determinante no desenvolvimento do sujeito, “difundindo-se a concepção de que as creches e pré-escolas não devem ser “escolas” ou espaços de perpetuação e produção do conhecimento, mas desocialização, inclusão e coesão social” (LAMARE, 2017, p. 12). Para tanto, a oferta deve estar de acordo com a demanda de crianças que ainda não usufruem destes espaços. A seguir, o Gráfico 3 traz resultados a respeito do avanço das matrículas. na Creche e Pré-Escola entre os anos de 2014 e 2018.

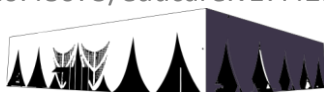
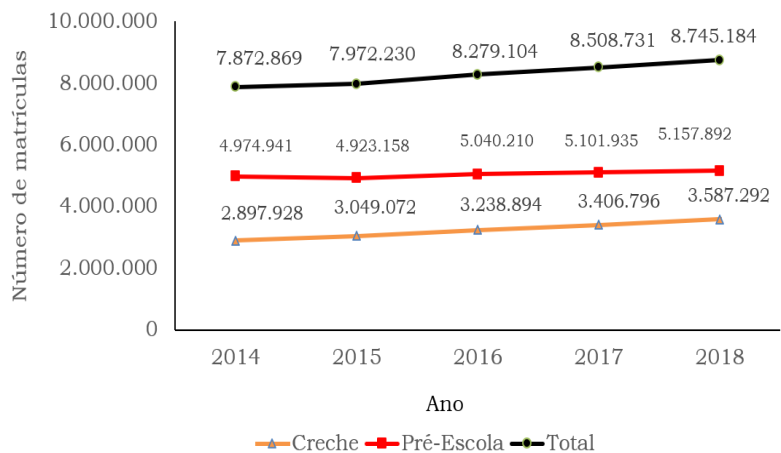


Gráfico 3: Número de matrículas na Educação Infantil, Brasil, 2014 – 2018



Fonte: Adaptado do Censo da Educação Básica (INEP, 2018).

Informações do Censo Escolar 2018 mostram que ocorreu um crescimento de matrículas na Educação Infantil, devido ao aumento das matrículas em creche, avançando 23,8% as matrículas em 2014, e em 2018 o aumento foi de 5,3%. Com um total de 69,7 mil creches no Brasil, 74,8% das creches estão na zona urbana. No Gráfico 4 é possível observar o número de matrículas em creche por dependência administrativa da escola.

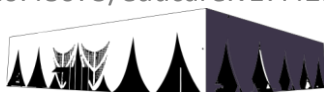
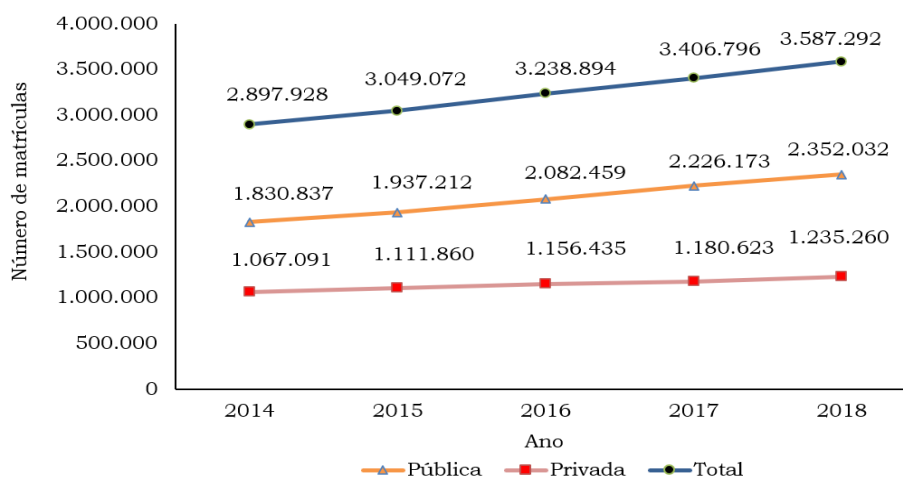


Gráfico 4: Número de matrículas em creche por dependência administrativa da escola, Brasil, 2014-2018



Fonte: Adaptado do Censo da Educação Básica (INEP, 2018).

O Gráfico 4 evidencia que 59,4% das matrículas são municipais e 40,4% são privadas, sendo 25% das creches privadas são conveniadas com estados e/ou municípios. Outros dados apontam que na Educação Infantil, as creches que funcionam em tempo integral na rede municipal urbana são as que mais obtiveram adesão às matrículas. Enquanto que na pré-escola, o número maior de matrículas ocorreu para a rede municipal urbana, mas de funcionamento parcial.

A efetivação da garantia do direito a educação vem sendo promovida pelo do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que em sua **Meta 1** pretende, até 2016 estender o acesso a educação infantil na pré-escola para as crianças que correspondem a faixa-etária de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, e para as crianças de até 3 (três) anos, o direito a creche deve ser ofertado para que atenda a 50% (cinquenta por cento) das crianças até o fim do prazo de vigência do PNE. Essa responsabilidade perpassa por estados e municípios que precisam estar caminhando quanto ao cumprimento desta meta, como mostra a Figura 1.

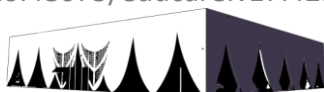
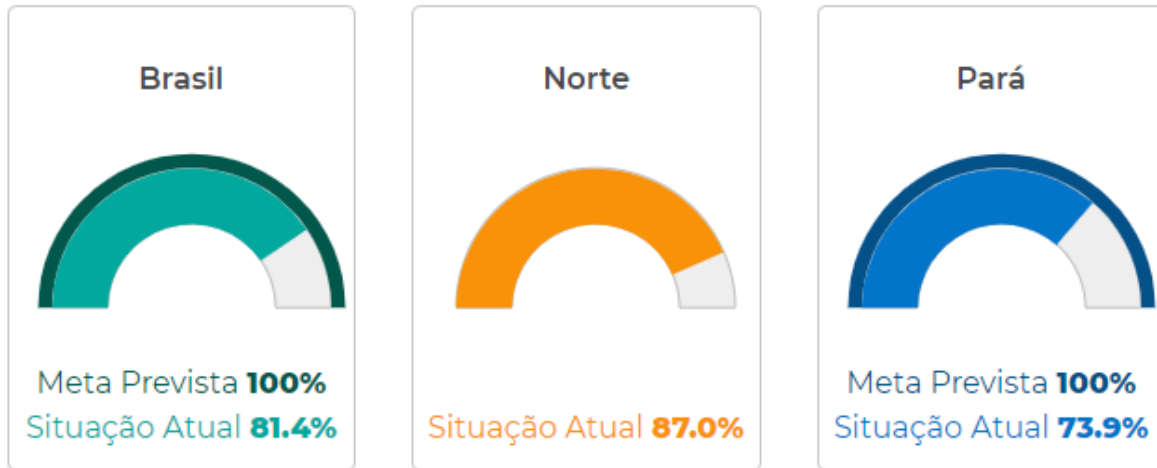


Figura 1: Situação da concretização do Indicador 1A no Brasil, Região Norte, especificamente no Estado do Pará, 2019



Fonte: SIMEC (2019).

Sobre a porcentagem alcançada a respeito do **Indicador 1A:** Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche (Taxa de atendimento escolar), em relação à porcentagem alcançada nacionalmente, pela região Norte e especificamente o estado do Pará. É perceptível na Figura 1 que, a situação da pré-escola é satisfatória, pois nota-se um avanço nacional e regional para a conclusão desta meta.

No *site* de acompanhamento do Plano Nacional de Educação em Movimento, é possível encontrar também dados referentes à situação do acesso à creche, sendo monitorada a partir do **Indicador 1B:** Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche (Taxa de atendimento escolar), apresentado na Figura 2.

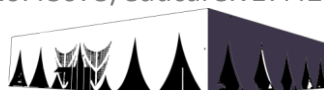
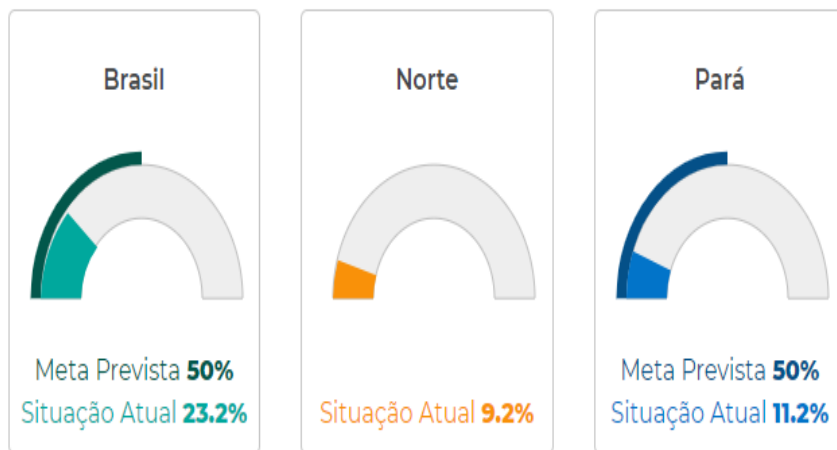


Figura 2: Situação da concretização do Indicador 1B no Brasil, Região Norte, especificamente no Estado do Pará, 2019



Fonte: SIMEC (2019).

No entanto, a Figura 2 exibe a pouca progressão da situação deste indicador são preocupantes, visto que o prazo para seu alcance é 2024, ainda representam pouco avanço em relação ao acesso a creche. No caso do Pará, somente 11,2% foi alcançado da meta de 50% prevista para este estado.

Pesquisas feitas por Peixoto e Araújo (2017), a partir da matriz de referência do Custo-Aluno-Anual, demonstram que há necessidade de mais e novos recursos a serem investidos na área da educação, pois os autores concluíram que se os valores por aluno forem mantidos até o término de vigência do PNE, a expansão das matrículas representará mais acesso, porém menos recurso por aluno. Outro dado também preocupante, encontrado no Censo 2018, é o total de alunos por idade que não frequenta a escola.

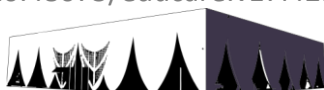
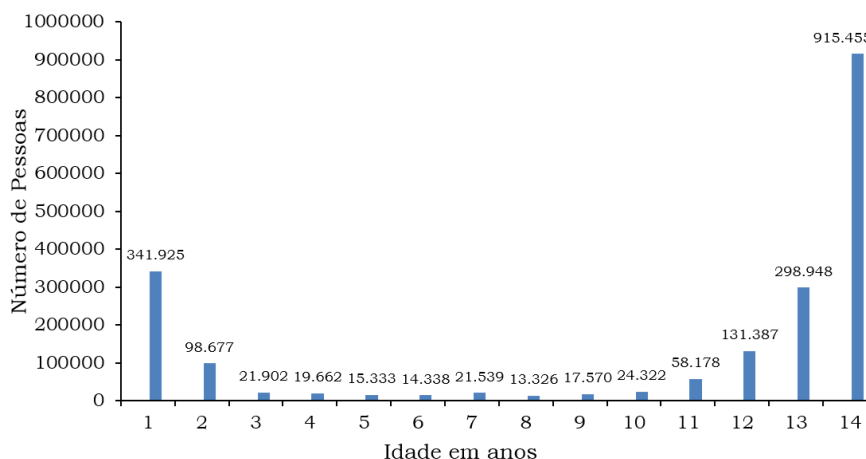


Gráfico 5: População de 4 a 17 anos que não frequenta escola, Brasil, 2018

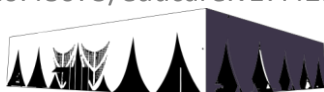


Fonte: Adaptado do Censo da Educação Básica (INEP, 2018).

O Gráfico 5 aponta que são 2 milhões de crianças fora da escola, sendo que as idades de 17, 16 e 4 anos as três faixa-etárias que menos frequentam a escola. Chama a atenção a idade de 4 anos, por ser a fase de ingresso na Educação Infantil, porém mesmo com um número considerável de escolas e indicadores mostrando o avanço no acesso a pré-escola, percebe-se que ainda há muito a ser feito para que este número elevado de crianças possa usufruir do ambiente escolar.

Ainda que bastasse o número cada vez mais crescente de escolas, a infraestrutura das mesmas é fator mantenedor da qualidade da educação. Segundo a literatura especializada sobre a educação da criança, há o entendimento de que para a criança se desenvolver satisfatoriamente em cada fase da vida, objetivando ser um sujeito produtor de conhecimento, participante e criativo, é necessário que este tenha à disposição condições reais nos ambientes educacionais, no caso da creche e pré-escola, para que exerça esse direito, durante o período que permanece nestes locais (CAMPOS *et al.*, 2011; PEIXOTO; ARAÚJO, 2017).

No entanto, informações sobre a infraestrutura das escolas de educação infantil trazem um comparativo em relação às escolas da rede municipal e da rede privada. Nesse sentido, os dados mostram que, enquanto 38,1% das escolas



municipais possuem banheiro adequado às crianças, na rede particular esse percentual chega a 84,3%. Sobre a disponibilidade de parque infantil, percebe-se um percentual muito bom nas escolas federais e da rede privada, com 91,3% e 81,5% de disponibilidade, respectivamente, enquanto que nas redes estadual (39,8%) e municipal (31,6%) o percentual está abaixo da média. Em relação ao berçário nas creches, observam-se percentuais relativamente baixos, variando de 20,8% na rede estadual até 57,9% na rede federal. Também é de grande importância que as pré-escolas e creches apresentem área verde, porém constitui um recurso pouco comum. Os dados apontam que apenas 27,0% das escolas municipais de educação infantil dispõem de área verde para os seus alunos e nas redes estadual (36,8%) e privada (30,9%) esse percentual também é baixo. Somente nas escolas federais esse recurso possui um percentual de disponibilidade significativo com 69,6% (INEP, 2019).

Além de necessitarem de condições de infraestrutura adequada, as escolas deveriam estar cada vez mais preparas com um quadro de profissionais de qualidade, que possuam pelo menos, formação mínima exigida por lei. Na Tabela 2, pode-se inferir o número de docentes por etapa de ensino.

Tabela 2: Número de docentes, segundo a Etapa de ensino, da Educação Básica no Brasil, no período de 2014 a 2018

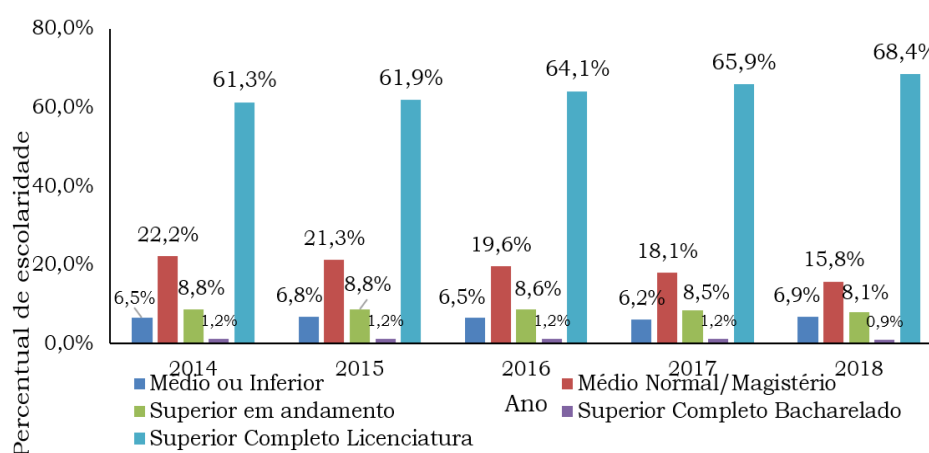
Ano	Etapa de Ensino					
	Total	Educ. Infantil	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Prof. Com/sub	EJA
2014	2.184.267	502.445	1.425.316	522.426	84.171	259.111
2015	2.187.154	518.308	1.415.588	522.826	81.400	249.171
2016	2.196.397	540.567	1.413.495	519.883	74.862	247.830
2017	2.192.224	557.541	1.399.114	509.814	70.985	248.956
2018	2.226.423	589.893	1.400.716	513.403	72.146	244.799

Fonte: Adaptado do Censo da Educação Básica (INEP, 2018).



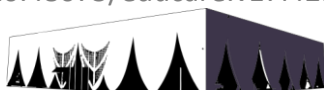
Quanto aos professores que atuam na educação básica, foi registrado um aumento no número de docentes atuantes no ano de 2014, em que havia 2.184.267 docentes, e para o ano de 2018 registrou-se o número de 2.226.423 professores. A atuação da maioria, no ano de 2018, ocorre no ensino fundamental (62,9%), onde se encontram 1.400.716 profissionais. Um aumento nítido é observado na etapa da educação infantil, na qual em 2014 havia 502.445 docentes atuantes, e em 2018 infere-se um total de 589.893 professores que atuavam na etapa (TABELA 2). No Pará, segundo dados do Censo (2018), dos 84.664 professores da educação básica existentes no estado, 16.371 (19,33%) estão somente na Educação Infantil, divididos na pré-escola onde atuam 12.059 (73,66%), e na creche com 4.956 (30,27%) docentes. Estes profissionais possuem formações diversas, as quais ainda são aceitas para que os mesmos possam atuar no ensino infantil, como se observa no Gráfico 6.

Gráfico 6: Percentuais de progressão da escolaridade dos docentes na Educação Infantil do Brasil, 2014-2018



Fonte: Adaptado do Censo da Educação Básica (INEP, 2018).

O Gráfico 6 dispõe os percentuais da formação dos docentes que atuam na Educação Infantil brasileira, sendo que, em 2018, 69,3% possuem nível superior completo (68,4% em grau acadêmico de licenciatura e 0,9%, bacharelado). Dos

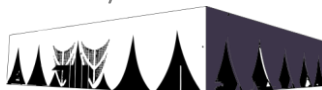


profissionais desta etapa de ensino, 8,1% estão com o curso superior em andamento e 15,8% têm curso de ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 6,9% com nível médio ou fundamental completo. É evidente o crescimento gradual, desde 2014, no percentual de docentes com nível superior completo atuando na Educação Infantil, que passou de 62,5%, em 2014, para 69,3%, em 2018.

Este crescimento em relação ao número de professores vem sendo percebido em levantamentos de anos anteriores (no período de 2000 a 2013), principalmente em relação aos professores da educação infantil que buscaram elevar seus níveis de formação. Se nos anos 2000 o número de professores que atuavam com crianças de 0 a 5 anos, possuindo nível superior correspondia a 11%, em 2013 este número teve um crescimento para 60% docentes com formação superior. Todavia, como naquele período, na contemporaneidade não se percebe a transformação na qualidade da educação na mesma dinâmica que se percebe a evolução na formação dos docentes, pois os professores elevam seu entendimento, mas a prática adequada é vista como algo somente idealizado. Fatores como, as condições necessárias para que a formação docente ocorra, podem indicar o motivo para o crescimento lento da qualidade da educação de crianças pequenas (TEIXEIRA; MELLO, 2015).

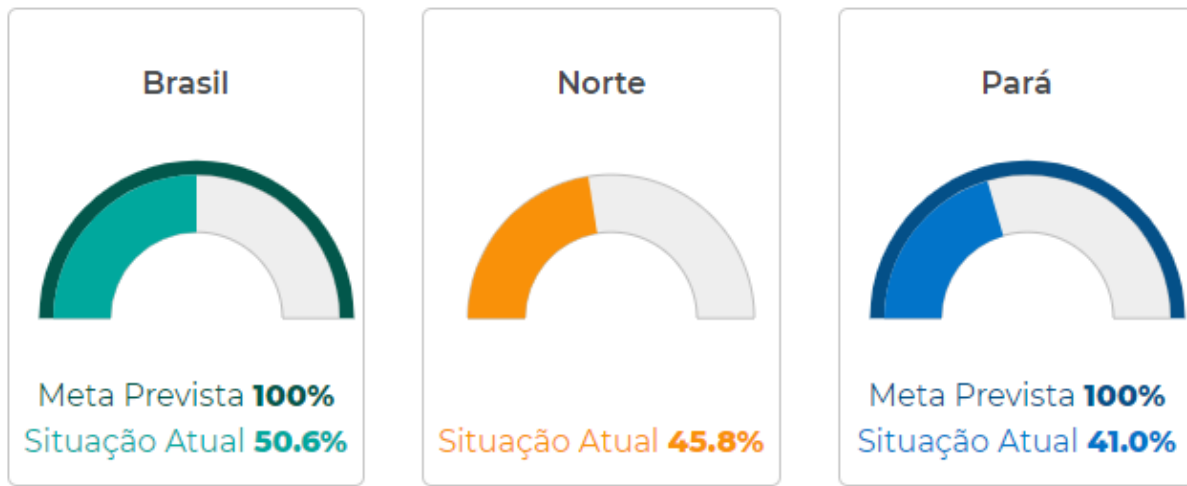
Há esforços, por meio da Meta 15 do Plano Nacional de Educação, de garantir a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, prevista no Art. 61 da LDBEN/96. Essa garantia deve ocorrer por meio do regime de colaboração entre os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) assegurando que todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

A Figura 3 traz o percentual do **Indicador 15**: Proporção de docências com professores que possuem formação superior compatível com a área de conhecimento em que lecionam na educação básica, em relação ao avanço



percentual nacional, da Região Norte, e do estado do Pará a respeito desta padronização da formação para atuação.

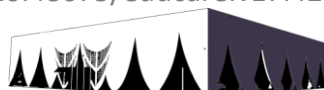
Figura 3: Situação da concretização do Indicador 15 no Brasil, Região Norte, e especificamente no estado do Pará, 2019



Fonte: SIMEC (2019).

De acordo com a Figura 3, é notório que a Região Norte e o estado do Pará ainda não alcançaram nem mesmo 50% da meta estipulada, ou seja, os investimentos em formação dos profissionais da educação básica necessitam ser realizados, para o cumprimento das metas e melhoria na qualidade da educação pelos professores e oferecida aos mesmos.

Pesquisas apontam que para o alcance da qualidade da educação e cuidado das crianças pequenas aconteça, é preciso que alguns problemas sejam considerados, por exemplo, a formação inicial deficiente, precariedade da infraestrutura escolar e esgotamento dos profissionais no ambiente de trabalho (ARAÚJO, 2005; CAMPOS, 2008; LANTHEAUME, 2012). Para alguns pesquisadores o ambiente relacional e de atividades cotidianas das creches pode implicar na saúde mental e física dos professores e no ensino e aprendizagem das crianças. Sobre os conflitos relacionais, os autores discutem que os

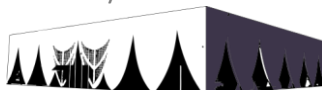


desentendimentos gerados nas relações entre os educadores de crianças pequenas podem representar um fator negativo para os mesmos, pois a má qualidade de relações pode gerar mal-estar, visto que os professores de educação infantil fazem parte de diferentes círculos sociais, podendo receber e exercer influências dentro dos mesmos (PESSANHA; CORRÊA, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa traz para discussão os dados obtidos a partir do Censo da Educação Básica que avaliam os avanços em diferentes aspectos da Educação Brasileira entre os anos de 2014 e 2018. Com maiores detalhes, são apresentados os dados de alguns indicadores da Educação Infantil, a primeira etapa da Educação Básica. Ao analisar indicadores percebe-se que quando se avança em determinado ponto, como no caso do Número expressivo de escolas e a Evolução no número de matrículas na Educação Infantil, em outro indicador como População de 4 a 17 anos que não frequenta escola, não se percebe grande evolução. Em outra variável analisada, também se percebe a relação entre a infraestrutura municipal precária quando comparada às escolas da rede privada, e no número de crianças que está fora do ambiente escolar, que segundo os dados obtidos, as crianças na idade de 4 anos apresentaram-se em grande número fora da escola, sendo as mais prejudicadas com a ausência da oferta de uma escola adequada.

Outra reflexão importante a se fazer, corresponde à formação dos profissionais que lecionam para as crianças na creche e pré-escola. Embora ainda se aceite a atuação com professores que possuem a formação em curso de Magistério, a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação visa à equiparação da formação dos docentes atuantes, para que no mínimo possuam nível superior. No caso do Estado do Pará este *déficit* é notório, visto que, o alcance desta meta não chega a 50%. O prazo para o alcance das metas estipuladas no



Plano Nacional de Educação finda no ano de 2024, sendo necessário o acompanhamento dos investimentos políticos nos diferentes aspectos da Educação Infantil.

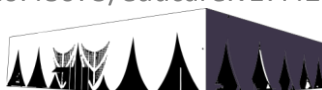
No caso dos professores pré-escolares são indispensáveis estudos que abordem suas condições de trabalho e seus impactos na saúde física e mental, assim como estudos que abordem as relações sociais no ambiente laboral, já que os professores possuem diversos relacionamentos no ambiente profissional: com seus alunos, gestores, pais de alunos, colegas de trabalho, etc. Estudar o impacto destas relações interpessoais dos professores da Educação Infantil em nível local e global trará soluções para problemas que impactam no desempenho dos educadores e na saúde mental, como no enfrentamento de situações de estresse.

Os dados resultantes de pesquisas nacionais devem ser cada vez mais analisados e acompanhados por toda a população que usufrui deste direito. Sendo assim, sugere-se que outros níveis da educação brasileira, como fundamental, e médio, possam ser investigados para que se discuta até que ponto apresenta evolução, além da observação das mudanças perceptíveis em outras variáveis levantadas pelo Censo da Educação Básica, como as condições de acesso e permanência de alunos com inclusão, visando à qualidade na educação e a garantia deste direito.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. R. R. do. A formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental: permanências e rupturas decorrentes das dinâmicas sociais e da legislação do magistério. **Revista HISTEDBR On-line**, n.43, p. 103-117, set. 2011.

ARAÚJO, R. M. B. de. A formação dos professores para a educação infantil: novos olhares. **Revista de Educação do Cogeme**, ano 14, n. 27, dez. 2005.



BRASIL. Congresso Nacional. Constituição Federal de 1988. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BUSS-SIMÃO, M.; ROCHA, E. A. C. Docência na educação infantil: uma análise das redes municipais no contexto catarinense. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23 e 230021. 2018.

CAMPOS, M. M. Educar crianças pequenas. Em busca de um novo perfil de professor. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 121-131, jan./dez. 2008.

CAMPOS, M. M.; ESPOSITO, Y. L.; BHERING, E.; GIMENES, N.; ABUCHAIM, B. A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. **Cadernos De Pesquisa**, v.41, n.142, jan./abr. 2011.

CAMPOS, M. M.; FULLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

CHIAPARINI, C.; SILVA, I. M. M.; LEME, M. I. da S. Conflitos interpessoais na educação infantil: o olhar de futuros professores e egressos. **Psicologia Escolar e Educacional**. v. 22, n. 3, set/dez. 2018.

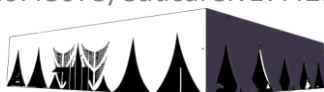
COBBOLD, C.; BOATENG, P. How Confident are Kindergarten Teachers in Their Ability to Keep Order in the Classroom? A Study of Teacher Efficacy in Classroom Management. **Journal of Education and Practice**, v. 7, n. 36, 2016.

EHRENBERG, M. C. A linguagem da cultura corporal sob o olhar de professores da educação infantil. **Pro-Posições**, v. 25, n. 1, p. 181-198, jan. /abr. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, D. de O.; ARENHART, D.; SANTOS, N. de O. Educação infantil pós-LDB/1996: formação inicial de professores e práticas pedagógicas. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 24, mai/ago de 2017.

GUIMARÃES, P. R. B. **Métodos Quantitativos Estatísticos: conceitos e aplicações** – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.



INEP. **Censo da Educação Básica 2018**. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br> . Acesso em: 05 maio 2019.

JESUS, J. S. de; SOUZA, V. L. T. de; PETRONI, A. P.; DUGNANI, A. P. da C. Os sentidos da aprendizagem para professores da educação infantil, ensino fundamental e médio. **Rev. Psicopedagogia**, v.30, n. 93, 201-11, 2013.

KAUARK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LAMARE, F. F. Parâmetros nacionais de qualidade para educação infantil no processo histórico. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 24, mai/ago, 2017.

LANTHEAUME, F. Professores e dificuldades do ofício: preservação e reconstrução da dignidade profissional. **Cadernos de Pesquisa**, v.42 n.146 p.368-387, maio/ago. 2012.

LYNCH, M. The Perspective of Kindergarten Teachers on Play in the Classroom. **American Journal of Play**, v.7, n. 3, p.374-370, 2015.

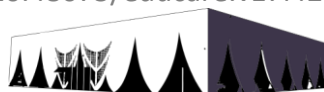
MAIA, R. C. C.; SOARES, A. B.; VICTORA, M.S. da. Um estudo com professores da educação infantil e do ensino fundamental sobre suas habilidades sociais e inteligência geral. **Estudos e pesquisas em psicologia**, UERJ, ano 9, n.2, p. 464-479, 2009.

MARTINS, M. F. D; VIEIRA, J. S.; FEIJÓ, J. R.; BUGS, V. O trabalho das docentes da Educação Infantil e o mal-estar docente: o impacto dos aspectos psicossociais no adoecimento. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 17, n. 2, p.281-289, 2014.

MOREIRA, J. C.; TOMAZZETTI, C. M. Avaliação na educação infantil e formação contínua de professores. **Estud. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 29, n. 71, p. 504-527, maio/ago. 2018.

NASCIMENTO, S. M. B.; LIRA, A. C. M. Marcos legais para a formação de professores da educação infantil e desafios à docência. **Revista Zero-a-seis**, v. 19, n. 35 p. 99 – 116, jan-jun 2017.

PEREIRA, H. de O. S.; MAIMONE, E. H.; OLIVEIRA, A. P. Avaliação do perfil mediacional de uma professora da educação infantil. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, jan/jun. 2012.



PESSANHA, Q. P. L.; CORRÊA, C. P. Q. Estresse docente na Educação Infantil: um estudo sobre professores de creches públicas de uma cidade do Estado do Rio de Janeiro. **Revista Zero-a-seis**, v. 17, n. 32 p. 240-263, Florianópolis, jul-dez 2015.

PEIXOTO, E. M.; ARAÚJO, V. C. de. Educação de qualidade na educação infantil: quanto custará aos municípios capixabas esse direito a partir do PNE 2014-2024? **RBPAAE**, v. 33, n. 1, p. 241 - 259, jan./abr. 2017.

RODRIGUES; D. G.; SAHEB, D. A concepção dos professores e educadores de educação infantil sobre o saber de Morin: ensinar a condição humana. **Rev. bras. Estud. pedagog. (online)**, Brasília, v. 96, n. 242, p. 180-197, jan./abr. 2015.

SIMEC. Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec). Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>. Acesso em: 23 abril 2019.

ROMANEK, L. W.; ROCHA, L. Diagnóstico do estresse entre professores através do teste de Lipp. In: Congresso de Administração da América Latina. **Anais [...]**. Ponta Grossa: Se, 2015.

TEIXEIRA, S. R. dos S.; MELLO, S. A. Formação De Professores: uma teoria para orientar as práticas. **CEPECH - Grupo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil na Perspectiva Histórico-Cultural**, Belém – PA, 2015.

TAPOROSKY, B. C. H.; SILVEIRA, A. A. D. A qualidade da educação infantil como objeto de análise nas decisões judiciais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.34, e18, 2018.

ZIBETTI, M. L. T.; PEREIRA, S. R. Mulheres e professoras: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. **Educar em Revista**, n. especial 2, p. 259-276, 2010.

Recebido em: 15/03/2020

Aceito em: 08/08/2022

